

EXONERA, com validade a contar de 06 de março 2024, **VICTOR BRANCO JOSE DO NASCIMENTO**, do cargo em comissão Assistent-
te II, símbolo DAI-6, da Coordenadoria de Orçamento, da Superinten-
dência Financeira, da Diretoria Geral de Administração e Finanças, da
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio
de Janeiro - DER/RJ, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
Obras Públicas - SEIOP, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do
Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, para fins de regula-
rização da vida funcional do servidor. - Processo nº SEI -
330002/002525/2024.

Id: 2592936

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 09.09.2024

PROCESSO Nº SEI- 330002/004184/2024 - AUTORIZO a elaboração
do Termo de Permissão de Uso Especial da Faixa de Domínio, re-
ferente ao objeto do Processo Administrativo nº SEI-
330002/004184/2024, a favor da AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A,
fundamentado no Parecer da Assessoria Técnica Jurídica.

Id: 2592937

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 06.09.2024

PROCESSO Nº SEI - 330002/004289/2024 - RECONHEÇO a dívida
em favor da ex-servidora Jussara Soares da Silva Santos, ID Funcio-
nal 2844674-7, no valor de R\$ 564.960,00 (quinhentos e sessenta e
quatro mil novecentos e sessenta reais), tendo por objeto a conversão
em pecúnia de 18 (dezoito) meses de Licença-Prêmio não gozadas,
referentes aos períodos de 10/03/1992 a 07/03/1997, 08/03/1997 a
06/03/2002, 07/03/2002 a 05/03/2007, 06/03/2007 a 04/03/2012,
05/03/2012 a 02/03/2017 e de 03/03/2017 a 01/03/2022, bem como 11
(onze) meses de Férias não gozadas, referentes aos períodos de
2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023 e de
2024, relativa a Despesas de Exercícios Anteriores - DEA. Com base
no Decreto Estadual n.º 48.244/2022, regulamentado por meio da Re-
solução SECC n.º 91/2023 e Parecer da Assessoria Jurídica (índex
81967056).

PROCESSO Nº SEI - 330032/011058/2023 - RECONHEÇO a dívida
em favor da ex-servidora KATIA RAVIZZINI CURVELO, ID Funcional
2847492-9, no valor de R\$ R\$ 11.818,72 (onze mil oitocentos e de-
zoito reais e setenta e dois centavos), tendo por objeto a revisão dos
cálculos da conversão em pecúnia de 06 (seis) meses de Férias não
gozadas, referente aos períodos de 1990, 2018, 2019, 2020, 2021 e
de 2023, relativa a Despesas de Exercícios Anteriores - DEA. Com
base no Decreto Estadual n.º 48.244/2022, regulamentado por meio da
Resolução SECC n.º 91/2023 e Parecer da Assessoria Jurídica (in-
dex 81157651) e Manifestação da Assessoria de Controle Interno (in-
dex 82081853)

Id: 2592938

Secretaria de Estado da Mulher

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 09/09/2024

PROCESSO Nº SEI-380001/000159/2024 - Fundamentado nas infor-
mações constantes do presente procedimento e em cumprimento dos
termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICO** e
HOMOLOGO a presente licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº
PE 002/2024, que tem por objeto contratação de empresa especia-
lizada em solução educacional para prestação de serviço de quali-
ficação profissional em modalidade EAD, conforme Instrumento Convo-
catório (documento SEI nº 80398795), no valor total de R\$ 400.000,0
(quatrocentos mil reais) à proponente vencedora SOCIEDADE DE EN-
SINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (MATRIZ), inscrita no CNPJ
sob o nº 34.075.739/0001-84, na forma do Relatório de análise dos
documentos de habilitação (documento SEI nº 82769078).

Id: 2592851

Secretaria de Estado das Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

ATO DO SECRETÁRIO

PORTARIA SECID Nº 36 DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

**DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A
COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
DO CONTRATO Nº 064/2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atri-
buições legais, tendo em vista o que dispõe o Decreto Estadual nº
48.708 de 26 de setembro de 2023 e o que consta no processo SEI-
330018/001080/2021,

CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de
junho de 1993, o qual estabelece a prerrogativa da Administração Pú-
blica fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de
junho de 1993, que determina que a fiscalização da execução do con-
trato administrativo deverá ser acompanhado e fiscalizado por repre-
sentantes da Administração Pública especialmente designados;

- o Decreto nº 45.600 de 16 de março de 2016, que regulamenta a
gestão e a fiscalização das contratações da administração que altera o
Decreto nº 42.301/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar os servidores abaixo relacionados para exercer as
funções de Gestor e Fiscais do Contrato nº 064/2022, firmado entre
Secretaria de Estado das Cidades e o Consórcio Mobilidade Av. 22 de
Maio, que tem por objeto a "DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E REU-
BANIZAÇÃO DA AV. 22 DE MAIO, COM ELABORAÇÃO DE PROJE-
TO EXECUTIVO, NO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ/RJ".

- GESTOR:
Rebeca Letícia Nunes dos Santos - ID Funcional: 5146510-8;
Suplente: Jorge da Silva Correia de Paiva - ID Funcional - 5145781-
4.

- FISCALIS TÉCNICOS:
Alfredo Celso da Silva Coutinho - ID Funcional: 5136821-8;
Leandro Rebeque Julião - ID Funcional: 5136862-5;
Suplente: Giancarlos Barbosa Pontes - ID Funcional: 5145783-0.

- FISCAL ADMINISTRATIVO:
Alexandre dos Santos - ID Funcional: 5146455-1;
Suplente: Luzinei Antonio de Medeiros Matheus - ID Funcional:
876148-5.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria SE-
CID nº 018 de 08 de fevereiro de 2024.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024

DOUGLAS RUAS DOS SANTOS
Secretário de Estado das Cidades

Id: 2592855

Secretaria de Estado de Segurança Pública

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATO DO SECRETÁRIO
DE 06/09/2024

NOMEIA CAROLINA MÜLLER SARCINELLI LUZ, para exercer, com
validade a contar de 16 de setembro de 2024, o cargo em comissão
de Assistente II, símbolo DAI-6, do Instituto de Segurança Pública, da
Secretaria de Estado de Segurança Pública, anteriormente ocupado
por Tais Miranda Damasceno, ID. Funcional nº 5026239-4, nos termos
do Decreto nº 49.001/2024. Processo nº SEI-090002/000216/2024.

Id: 2592265

Procurador-Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR-GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 5.125 DE 09 DE SETEMBRO DE 2024

**INSTITUI A COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO
INFORMÁTICA DA DÍVIDA ATIVA NO ÂMBITO
DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO.**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no
uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de modernização e integração dos sistemas de ad-
ministração e recuperação do crédito público no âmbito da Dívida Ati-
va;

- a iminente Reforma Tributária, que demanda uma nova abordagem
integrada na gestão e cobrança de créditos públicos, criando uma
oportunidade estratégica para modernizar os sistemas de informática
da Dívida Ativa;

- a informação de disponibilidade e disposição de outros entes fede-
rativos e do Poder Judiciário em compartilhar sistemas avançados de
administração e recuperação de créditos, como os da Procuradoria-
Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Sistema SNIPER do Conse-
lho Nacional de Justiça (CNJ); e

- a importância de celebrar convênios, acordos ou termos de coope-
ração com esses entes, para incorporar as melhores práticas e tec-
nologias disponíveis.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficar instituída, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado
do Rio de Janeiro, a Comissão de Modernização Informática da Dí-
vida Ativa, com a finalidade de promover a integração e modernização
dos sistemas de administração e recuperação do crédito público.

Art. 2º - A Comissão de Modernização Informática da Dívida Ativa te-
rá por objeto iniciar contatos e prestar auxílio na celebração de con-
vênios, acordos ou termos de cooperação com outros entes federa-
tivos ou Poderes, visando à incorporação dos melhores sistemas de
administração e recuperação do crédito público, especialmente, mas
não exclusivamente, aqueles desenvolvidos pela PGFN e pelo CNJ.

Art. 3º - A Comissão de Modernização Informática da Dívida Ativa se-
rá composta pelos seguintes membros:

I - Rafael Gaia Edais Pepe, que a presidirá;

II - Mariana de Sousa Carvalho;

III - Marina dell'Orto Carvalho Martins;

IV - Fernanda Rocha Laíña;

V - Ricardo José da Rocha Silva;

VI - Roberta de Oliveira Barcia;

VII - Hugo Wilken Maurell; e

VIII - Bruno Mota de Paula Leite.

Parágrafo Único - Poderão ser convidados outros integrantes para
subsidiar tecnicamente a discussão e colaborar com a finalidade da
Comissão.

Art. 4º - A Comissão terá os seus resultados periodicamente avalia-
dos pelo Gabinete do Procurador-Geral do Estado, oportunidades em
que serão apresentados estudos, relatórios e propostas de ações.

Art. 5º - A participação na Comissão não será remunerada e se dará
sem prejuízo das atribuições ordinárias de seus membros, sendo seu
exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 6º - A Comissão terá prazo de duração por 180 (cento e oitenta)
dias, a contar da publicação desta Resolução, prorrogável mediante a
competente justificativa.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publica-
ção.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2024

RENAN MIGUEL SAAD
Procurador-Geral do Estado

Id: 2592764

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATOS DO PROCURADOR-GERAL
DE 10.09.2024

NOMEIA BIANCA SODRÉ LIMA PANARRA, Id. Funcional nº
5011570-7, para exercer, com validade a contar de 11 de setembro de
2024, o cargo em comissão de Ajudante, Símbolo DAI-6, na Procura-
doria de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias e Direi-
tos Humanos, da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder
Executivo do Estado do Rio de Janeiro, em vaga resultante da trans-
formação estabelecida pela Resolução PGE nº 4.854 de 26 de maio
de 2022. Processo nº SEI-140001/000057/2024.

NOMEIA FLAVIO TORRES PICANÇO MACHADO, Id. Funcional nº
4332289-1, para exercer, com validade a contar de 11 de setembro de
2024, o cargo em comissão de Assistente, Símbolo DAI-4, na Coor-
denadoria do Sistema Jurídico, da Procuradoria-Geral do Estado, da
Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, em vaga re-
sultante da transformação estabelecida pela Resolução PGE nº 5.068
de 26 de março de 2024. Processo nº SEI-140001/000057/2024.

Id: 2592920

COORDENADORIA DO SISTEMA JURÍDICO (PG-15)

ATO DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA PGE/PG-15 Nº 1 DE 04 DE SETEMBRO DE 2024

**ALTERA DISPOSITIVOS DA MINUTA-PADRÃO
DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS, NA
FORMA QUE MENCIONA.**

**O PROCURADOR-CHEFE DA COORDENADORIA DO SISTEMA JU-
RÍDICO (PG-15) DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da de-
legação de competência exarada pelo Exmo. Procurador-Geral do Es-
tado na Resolução PGE nº 4.516, de 20 de fevereiro de 2020, al-
terada pela Resolução PGE nº 5.042, de 30 de janeiro de 2024, tendo
em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-
140001/054270/2023, e

CONSIDERANDO:

- caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços ju-
rídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Exe-
cutivo (Constituição Estadual, art. 176);

- que a elaboração de minutas-padrão não exime os órgãos de con-
sultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir,
nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414, de 19 de março
de 2009 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº 40.500, de 01 de
janeiro de 2007; e

RESOLVE:

Art. 1º - Ficar alterada a minuta-padrão de contrato de aquisição de
bens aprovada pela Resolução PGE nº 5.028, de 04 de janeiro de
2024, na forma abaixo:

I - as seguintes disposições passam a vigorar com a seguinte reda-
ção:

“2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado,
sem prejuízo da formalização adequada, quando seu objeto
não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do
art. 111 da Lei no 14.133/2021 e do item 12.2 da cláusula
décima segunda deste Contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS:

Utilizar a redação dos itens 2.1 a 2.5 abaixo para contratos
que tenham por objeto fornecimento contínuo, assim conside-
rados pelo inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cuja
vigência será disciplinada pelos artigos 106 e 107 da Lei nº
14.133/2021. O prazo inicial da contratação deverá ser de no
máximo 5 (cinco) anos.

4.1 ...

4.1.2 comprovação pelo contratado da capacidade técnica do
subcontratado, em relação à parcela subcontratada, se exigi-
da do licitante; e

6.1 O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o va-
lor total de R\$ (.....), em (.....) parcelas, no valor
de R\$ (.....), cada uma delas, conforme cronograma de
pagamento em anexo, diretamente na conta corrente nº
da agência, de titularidade do CONTRATADO, junto à
instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janei-
ro, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.

7.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro rea-
juste será contado da data do orçamento estimado.

9.1.8.1

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fa-
zendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma
forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;

9.1.21 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite pre-
visto na legislação vigente, manter Programa de Integridade,
consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e pro-
cedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à
denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos
de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de
detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ili-
citos praticados contra a Administração Pública.

9.1.21.1 Caso o CONTRATADO ainda não tenha Programa de
Integridade instituído, compromete-se a implantar o Pro-
grama de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta)
dias corridos, a partir da data de celebração do presente
Contrato, na forma da legislação vigente.

10.1 O Contrato conta com garantia de execução, nos mol-
des do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a
..... % (..... por cento) de seu valor inicial <OU> anual.

NOTAS EXPLICATIVAS:

Em se tratando de aquisição de bens, a base de cálculo da
garantia será o valor inicial atualizado do Contrato. Por outro
lado, nos casos de fornecimentos contínuos, a base de cál-
culo da garantia será o valor anual do Contrato, na forma do
art. 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser
atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à
contratação e, no caso de fornecimento contínuo, a vantagem
em sua manutenção, na forma dos arts. 105 e 106 da Lei nº
14.133/2021.

II - inclusão das seguintes disposições:

9.1.16.2 No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimen-
to do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Tra-
balho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo
Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item
9.1.16.1.

9.1.21.1 ...

NOTA EXPLICATIVA:

O art. 24, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obriga-
toriedade de implantação de programa de integridade para
fornecimento e serviços de grande vulto, no prazo de 6 (seis)
meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei
estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Progra-
ma de Integridade a ser implantado no prazo de 180 (cento e
oitenta) dias contados da celebração do contrato.
Assim, recomenda-se que, na hipótese de fornecimento de
bens e prestação de serviços de grande vulto, o prazo de
180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 9.1.21.1 seja
substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério
previsto no art. 24, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2 ...

IV - título de capitalização custeado por pagamento único,
com resgate pelo valor total".

III - alteração das menções a FORNECEDOR, LICITANTE ou CON-
TRATADO para CONTRATADO nos itens 11.1, 11.2, 11.2.2.3, 11.3,
11.7, 11.7.1, 11.7.2, 11.11, 11.11.1 e 11.13 da cláusula décima primei-
ra da minuta.

Art. 2º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dis-
positivos constantes desta Portaria deverão ser formalmente encami-
nhados a esta Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão
jurídico.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data da sua pu-
blicação.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2024

DENIS M. M. MARTINS

Procurador-Chefe da Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15)

Id: 2592775

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COORDENADORIA DO SISTEMA JURÍDICO (PG-15)

ATO DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA PGE/PG-15 Nº 3 DE 06 DE SETEMBRO DE 2024

**ALTERA DISPOSITIVOS DA MINUTA-PADRÃO
DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVI-
ÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO
DE OBRA, NA FORMA QUE MENCIONA.**

**O PROCURADOR-CHEFE DA COORDENADORIA DO SISTEMA JU-
RÍDICO (PG-15) DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da de-
legação de competência exarada pelo Exmo. Procurador-Geral do Es-
tado na Resolução PGE nº 4.516, de 20 de fevereiro de 2020, al-
terada pela Resolução PGE nº 5.042, de 30 de janeiro de 2024, tendo
em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-
140001/054282/2023, e

CONSIDERANDO:

- caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços ju-
rídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Exe-
cutivo (Constituição Estadual, art. 176);

- que a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de suas funções,
busca um melhor atendimento aos órgãos locais e setoriais do Sis-
tema Jurídico;

- que tal atendimento visa orientar os citados órgãos no que diz res-
peito à elaboração dos editais e contratos e seu aprimoramento, es-
tabelecendo padronização sem descaracterizar as peculiaridades de
cada licitação;

- que a elaboração de minutas-padrão não exime os órgãos de con-
sultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir,
nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414, de 19 de março
de 2009 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº 40.500, de 01 de
janeiro de 2007; e

- a necessidade de periódica atualização das minutas-padrão.